

**Aspectos regionais,
raciais e de gênero da
desigualdade entre
agricultura familiar e
não familiar**

**José Bergamin e
Amanda Martinho
Resende**

Este trabalho apresenta um panorama das desigualdades entre a agricultura familiar e a não familiar no Brasil, atentando particularmente para os diferenciais de acesso a recursos produtivos por gênero, raça e região. Tendo como base o Censo Agropecuário de 2017, a sistematização evidencia a já conhecida desigualdade fundiária brasileira: i) apesar de a agricultura familiar caracterizar 77% das propriedades agropecuárias no Brasil, ela ocupa apenas 23% da área total; ii) apesar do menor acesso dos produtores familiares à terra e a capital físico frente aos produtores não familiares (11,5% e 24,5% possuem tratores, respectivamente), a agricultura familiar emprega a maioria da população ocupada no setor agrícola (67%).

Sob um olhar racial e de gênero, há proporcionalmente mais mulheres e pessoas negras entre produtores e trabalhadores da agricultura familiar do que da agricultura não familiar. Destaca-se, ainda, a predominância de homens brancos enquanto produtores não familiares (45,6%), a qual contrasta com a predominância de homens negros enquanto produtores familiares (42,4%). Além disso, são evidentes as disparidades de acesso a capital entre mulheres da agricultura familiar e homens da agricultura não familiar: apenas 4,2% delas têm acesso a equipamentos, contra 26,3% deles. A desigualdade de raça e gênero, entretanto, é presente em ambos os tipos de agricultura: mulheres e pessoas negras ocupam e trabalham em propriedades menores, tanto na agricultura familiar quanto na agricultura não familiar. Além disso, na agricultura familiar, enquanto apenas 11,2% das mulheres produtoras têm acesso à instrução técnica, essa proporção alcança 19,9% dos produtores do gênero masculino.

Por fim, com relação às disparidades regionais, os dados informam que o Nordeste concentra em torno de 4,7 milhões de pessoas ocupadas na agricultura familiar, o que representa aproximadamente a metade do total de pessoas ocupadas nesse tipo de agricultura, e quase um terço do total de ocupados na agricultura em geral no Brasil. Juntamente com a região Norte, o Nordeste concentra também a maioria das pessoas negras ocupadas na agricultura e/ou dirigentes de estabelecimentos agropecuários, bem como a maioria dos produtores sem alfabetização e sem acesso a instrução técnica ou capital físico. É interessante contrastar essa informação com o que se encontra para a região Sul, que se destaca não só pelo elevado acesso dos agricultores familiares à instrução técnica, mas pela alta proporção de produtores familiares associados a cooperativas e com acesso a crédito, fatores que estão intimamente correlacionados: enquanto menos de 8% dos produtores homens da agricultura familiar da região Nordeste recebem instrução técnica, mais da metade dos produtores familiares sulistas do gênero masculino têm acesso à instrução técnica.

BERGAMIN, J.; RESENDE, A.M. Aspectos regionais, raciais e de gênero da desigualdade entre agricultura familiar e não familiar. São Paulo: Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades (Made/USP), 2025. (Nota de Política Econômica, n.65)

made.feausp@gmail.com

Os autores agradecem a Co-Impact, Open Society Foundations e Wellspring Philanthropic Fund por seu apoio. Agradecem também aos cuidadosos comentários e sugestões de Pedro Romero Marques e Lucca Henrique Rodrigues. Eventuais erros e omissões são de responsabilidade exclusiva dos autores.

1. Introdução

A desigualdade fundiária no Brasil é um aspecto fundamental para compreender a estrutura produtiva no campo e as demais desigualdades sociais associadas à produção agropecuária. Ela diz respeito não apenas à concentração da posse ou propriedade da terra, mas também ao acesso a máquinas e equipamentos, bem como à instrução técnica, que garante um melhor aproveitamento do solo e uma maior eficiência na produção agrícola. Com o intuito de fornecer insumos para o avanço de uma agenda de pesquisa mais ampla, este trabalho propõe um breve panorama dessas disparidades associadas à agricultura no Brasil. Utilizamos o Censo Agropecuário de 2017 para investigar, a partir de estatísticas descritivas, o acesso à terra e a outros recursos produtivos, bem como as desigualdades existentes entre produtores familiares e não familiares, entre homens e mulheres e pessoas brancas e negras.

Em termos de definições aqui utilizadas, a **produção familiar** é entendida como uma forma de organização social da produção que combina a força de trabalho familiar com o capital produtivo (terra, dinheiro, capital físico) pertencente aos próprios membros familiares. Vale ressaltar que o termo produtor diz respeito ao responsável pela produção agropecuária, e não necessariamente se refere ao proprietário da terra. Esse conceito é relevante para a compreensão dos dados apresentados ao longo desta nota, já que a mera posse da terra já confere ao agricultor o status de detentor de área cultivável. Em contraste com a agricultura não familiar (ou empresarial), a produção familiar não depende da contratação de trabalhadores assalariados. Nesse sentido, um dos critérios para o enquadramento legal nessa categoria é a participação majoritária da força de trabalho familiar na atividade econômica do estabelecimento agropecuário.

O pano de fundo da discussão é apresentado na primeira seção, onde se argumenta que, ao contrário do que poderia ser dito, a agricultura familiar não tende a desaparecer com o capitalismo contemporâneo. Na verdade, ela tem acompanhado a expansão da agricultura não familiar, que se intensificou a partir de meados do século passado (Singer, 1981). Vale dizer que o conceito de **agricultura familiar** adquire um significado específico com a Lei nº 11.326, de 2006, que determina quem se enquadra na categoria referida, para fins de acesso a políticas públicas voltadas a esse público-alvo. Com base nessa definição legal, a segunda

seção explora as diferenças entre a agricultura familiar e a agricultura não familiar a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2017.

A sistematização realizada aponta para uma grande disparidade de acesso a recursos entre a agricultura familiar e a agricultura não familiar. Enquanto 77% dos estabelecimentos agropecuários no Brasil são classificados como produção familiar, esta ocupa apenas 23% da área total destinada a esses estabelecimentos. Na mesma linha, enquanto 24,5% dos produtores não familiares possuem tratores, este valor é de apenas 11,5% para a agricultura familiar. Tal distribuição desigual da propriedade parece apresentar um viés de gênero e raça. Nota-se que o trabalho feminino é relativamente mais presente na agricultura familiar em comparação à não familiar, apesar de sua histórica marginalização na atividade agrícola. Além disso, as pessoas negras também estão majoritariamente representadas nesse tipo de agricultura, sobretudo nos estabelecimentos de área reduzida, de até 1 ou até 10 hectares. Por outra perspectiva, é preciso reconhecer que a própria agricultura familiar é desigual e heterogênea. Em particular, nossos resultados demonstram uma grande disparidade de acesso a recursos produtivos entre agricultores familiares do Nordeste e das regiões Sul e Sudeste.

2. Breve contextualização do problema: algumas origens das disparidades no meio rural

Para contextualizar a discussão sobre as disparidades no meio rural brasileiro, nosso ponto de partida é o processo de minifundiarização identificado por Paul Singer (1981) em seu livro *Dominação e Desigualdade*. Singer (1981) revela que a introdução e a expansão da agricultura capitalista no Brasil a partir da segunda metade da década de 1950 desencadeou um processo de minifundiarização: diante da baixa capacidade de absorção de mão de obra por parte da agricultura mecanizada e da expulsão de pequenos agricultores de terras próximas a centros urbanos, favoreceu-se a reprodução da agricultura de subsistência¹, única opção viável para muitas famílias. Isso porque, por mais que a vida no campo estivesse cada vez mais constrangida pela expansão da agricultura capitalista², a alternativa de migrar para as cidades se mostrou cada vez menos atrativa: a industrialização não era capaz de absorver toda a força de trabalho excedente gerada no processo de proletarianização, e a acelerada urbaniza-

¹ Produção agrícola voltada para o consumo familiar de alimentos, e não a comercialização.

² Entre 1960 e 1970, a proporção rural da população brasileira caiu de 55% para 44,1% (Singer, 1981, p. 163).

ção resultou em dinâmicas de segregação espacial, violência estrutural e exclusão do acesso a serviços básicos e infraestrutura.

Assim, multiplicou-se o número de minifúndios agrícolas³ em um contexto de expansão da agricultura capitalista de larga escala: entre 1960 e 1970, o número de pessoas trabalhando em pequenas propriedades rurais de até 10 hectares subiu de 4.820.738 para 7.129.803, ou de 30,9% da população total ocupada em “explorações agrícolas” para 40,6% (Singer, 1981, p. 163). Dessa forma, apesar de uma persistente redução da participação de atividades agrícolas no emprego da força de trabalho, a ocupação agrícola não deixou de representar a principal fonte de sustento de muitas famílias rurais. Ao contrário, de acordo com o Censo Agropecuário de 2017, a agricultura familiar representava nada menos do que 77% do número de estabelecimentos agropecuários no Brasil.

Apesar de a agricultura familiar ser muito representativa no que se refere ao número de estabelecimentos, as propriedades familiares ocupam apenas 23% da área total dos estabelecimentos agropecuários. Isso ressalta a importância das políticas voltadas ao desenvolvimento rural, que ganharam espaço na agenda pública a partir da virada do século XX para o XXI, inclusive, políticas orientadas à redistribuição fundiária, dialogando com a pressão de movimentos sociais de luta pela reforma agrária. Essas iniciativas, embora certamente tenham apresentado limites consideráveis (Sauer et al., 2017), garantiram acesso à terra para muitas famílias, inclusive famílias chefiadas por mulheres, após medidas para garantir uma maior equidade de gênero no processo de concessão do título de propriedade (Deere, 2003; 2017).

Na mesma linha, cabe ressaltar o papel fundamental das políticas de proteção a pequenos e médios agricultores sistematicamente planejadas e colocadas em prática pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário antes de sua extinção⁴ em 2016 (Guanziroli et al., 2013; Pahnke et al., 2015; Vergara-Camus; Kay, 2017; Escher, 2020). Políticas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) compuseram uma gama de iniciativas de caráter inclusivo e inovador,

por terem como principal público-alvo os agricultores familiares, reduzindo os riscos do empreendimento agrícola e garantindo acesso a crédito e ao mercado, via compras públicas.

Por outro lado, destaca-se que ainda existe espaço para que essas políticas sejam mais abrangentes, utilizando, por exemplo, definições de agricultura familiar que levem em consideração a multiplicidade de experiências vivenciadas por esse segmento⁵. Valente (2005) evidencia os desafios que as comunidades negras rurais impõem às análises teóricas que carregam estigmas sobre a caracterização histórica dos quilombos, em contraste com as novas características que essas comunidades apresentam no contexto contemporâneo. Os desafios se estendem também para a dimensão legal, o que envolve tanto a inclusão de quilombolas em políticas públicas de incentivo à agricultura familiar, quanto a garantia de proteção institucional em conflitos agrários de disputa pela terra, com representantes da produção agrícola patronal. Este trabalho não analisa especificamente a questão quilombola em função da maneira como estão disponíveis os dados do Censo Agropecuário de 2017. Entretanto, reúne informações sobre desigualdade racial no campo que podem nortear investigações empíricas futuras nessa direção.

Por outra perspectiva, as políticas voltadas à proteção da agricultura familiar devem levar em conta as vulnerabilidades associadas à experiência específica das mulheres rurais, em particular, das mulheres negras. A produção agrícola familiar tem como uma de suas principais finalidades garantir os alimentos necessários à subsistência. Nesse contexto, não há, na prática, uma separação entre os trabalhos produtivo, remunerado no mercado, e reprodutivo, voltado diretamente, e sem remuneração, para a reprodução social do próprio trabalhador e dos demais membros familiares. A separação artificial entre essas esferas acaba por invisibilizar e subestimar o trabalho feminino não remunerado (Singer, 1981; Resende, 2023). Buscamos apontar, quando possível, os vieses nos dados disponíveis que caracterizam a participação das mulheres na produção agrícola. Paralelamente, encontramos nos dados para o Brasil estatísticas que convergem com a literatura a respeito da desigualdade expressiva na posse da terra entre homens e mulheres no meio rural de países latino-americanos (Deere; Leon, 2003; Deere, 2017).

³ Considerando a vasta extensão territorial brasileira e a grande disponibilidade de terras não ocupadas em meados do século XX, uma propriedade de até 10 hectares era considerada, à época, um minifúndio.

⁴ Essas políticas ganharam novamente vigor em 2023, após a recriação do referido Ministério.

⁵ O terceiro critério da definição legal de agricultura familiar, pelo Decreto nº 9.064/2017, estabelece que ao menos metade da renda familiar deve ser auferida de atividades econômicas associadas ao empreendimento familiar. Assim, famílias pluriativas, isto é, aquelas que diversificam suas fontes de ocupação e de renda, acabam potencialmente excluídas desse conceito legal, já que, em regra, não atendem ao critério mencionado (Del Grossi et al., 2019; 2022), sobretudo quando pertencem à base da distribuição de renda (Resende, 2023). São famílias cada vez mais comuns no meio rural brasileiro (Schneider, 2003; Schneider; Niederle, 2010). Apesar de sua importância, por razões de escopo, este tema não é abordado no presente estudo.

3. As desigualdades na estrutura fundiária brasileira e a heterogeneidade da agricultura familiar observadas a partir do Censo Agropecuário de 2017

Os dados disponíveis no Censo Agropecuário de 2017 utilizam como referência o texto da Lei nº 11.326/2006, que determina, com base em quatro critérios, quem são as famílias que se enquadram no conceito legal de agricultura familiar. São eles:

- 1) Não deter área maior do que quatro módulos fiscais (Art. 3º, I);
- 2) Utilizar predominantemente mão-de-obra familiar (Art. 3º, II);
- 3) Ter percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo (Art. 3º, III); e dirigir o estabelecimento ou empreendimento com a família, sem a contratação de administradores externos (Art. 3º, IV).

Na sistematização a seguir, são investigadas quatro dimensões que caracterizam as agriculturas familiar e não familiar, conforme definidas, respectivamente, em lei e por contraste: (i) o perfil demográfico dos produtores; (ii) o perfil da ocupação; (iii) a desigualdade no acesso à terra; (iv) a desigualdade no acesso à instrução técnica e a capital físico (equipamentos e veículos) para a produção agropecuária. Na medida da disponibilidade dos dados, todas essas dimensões são examinadas a partir de uma perspectiva interseccional, que considera a articulação entre as desigualdades de gênero, raça⁶ e região. Ressaltamos que a divisão proposta aqui tem a intenção de tornar a análise didática, mas que é impossível compreender de maneira isolada cada uma das dimensões.

3.1. O perfil dos produtores da agricultura familiar e não familiar no Brasil

A Tabela 1 mostra o total de pessoas responsáveis pela produção agropecuária, por tipo de agricultura, familiar e não familiar, e por região. A nível nacional, o Censo Agropecuário de 2017 identificou 3.897.408 estabelecimentos familiares (77% do total) e 1.159.117 estabelecimentos não familiares (23% do total). O Nordeste apresenta o maior número absoluto de produtores, tanto familiares quanto não familiares, que somam 45,9% de todos os produtores do país (cerca de 2,3 milhões de pessoas). A participação da agricultura familiar nordestina é especialmente significativa: 47,2% dos produtores familiares brasileiros encontram-se nessa região. Em sentido oposto, o Sudeste e o Centro-Oeste somados abarcam quase 35% dos produtores não familiares, indicando a elevada participação relativa da agricultura empresarial e capitalizada nessas duas regiões. Como veremos na próxima subseção, a distribuição regional dos produtores (vale lembrar, responsáveis pela produção) familiares e não familiares impacta a distribuição regional da ocupação agrícola (trabalhadores empregados em cada tipo de produção).

Ao interseccionar a dimensão de gênero e de raça, observa-se na Tabela 2 que as mulheres são minoria entre os produtores em ambos os tipos de agricultura, embora a participação feminina na agricultura familiar seja um pouco mais elevada. As mulheres negras gerenciam quase duas vezes mais estabelecimentos familiares do que as mulheres brancas, indicando uma importante convergência entre produção familiar feminina e negra. Nota-se, também, que, se por um lado, os homens negros são a maioria dos produtores familiares (42,4%), por outro, os homens brancos ocupam essa posição na produção não familiar (45,6%).

Tabela 1. Número e proporção de produtores agrícolas, por tipo de produção e região

Regiões	Agricultura familiar		Agricultura não familiar		Total	
	Número de Produtores	% dentre os produtores familiares	Número de Produtores	% dentre os produtores não familiares	Número de Produtores	% dentre o total de produtores
Norte	480.575	12,3%	99.354	8,6%	579.929	11,5%
Nordeste	1.838.846	47,2%	481.030	41,5%	2.319.876	45,9%
Sudeste	688.945	17,7%	273.744	23,6%	962.689	19,0%
Sul	665.767	17,1%	183.072	15,8%	848.839	16,8%
Centro-Oeste	223.275	5,7%	121.917	10,5%	345.192	6,8%
Brasil	3.897.408	100,0%	1.159.117	100,0%	5.056.525	100,0%

Fonte: elaborado pelos autores a partir do Censo Agropecuário de 2017.

⁶ Consideramos pessoas negras as pessoas autodeclaradas pretas e pardas.

Tabela 2. Número e proporção de produtores agrícolas, por tipo de produção, gênero e raça

Perfil demográfico dos produtores	Agricultura familiar		Agricultura não familiar	
	Número de produtores	%	Número de produtores	%
Homem Branco	1.423.414	36,5%	528.024	45,6%
Homem Negro	1.651.025	42,4%	440.564	38,0%
Homem Outro	53.297	1,4%	14.126	1,2%
Mulher Branca	269.703	6,9%	75.872	6,5%
Mulher Negra	482.919	12,4%	97.449	8,4%
Mulher Outra	17.050	0,4%	3.082	0,3%
Total	3.897.408	100,0%	1.159.117	100,0%

Fonte: elaborado pelos autores a partir do Censo Agropecuário de 2017.

É importante mencionar que muitos produtores gerenciam o estabelecimento com seu cônjuge ou companheiro(a). Por outro lado, a identificação desses estabelecimentos de produção compartilhada pelo “Casal” não está disponível quando se considera outras características do estabelecimento e o acesso a capital produtivo desagregadas pelo gênero do produtor. Assim, seja homem ou mulher, o produtor considerado o principal responsável⁷ pelo estabelecimento é considerado o produtor direto para fins de identificação no Censo, atribuindo-se, então, o gênero respectivo a esse cônjuge a todas as demais informações coletadas (acesso a equipamentos, tamanho do estabelecimento, entre outras). Portanto, apresentamos abaixo os dados gerais sobre a responsabilidade dividida entre cônjuges, mas não podemos apontar outras implicações desse fenômeno, em articulação com os demais aspectos da desigualdade de gênero no contexto agropecuário.

Feitas essas considerações, destacamos que cerca de 22% dos estabelecimentos da agricultura familiar eram administrados por casais, contra 16,3% dos estabelecimentos da agricultura não familiar. A desagregação pela raça dos cônjuges não revela grandes diferenças na proporção de estabelecimentos administrados conjuntamente, porém na dimensão regional revela-se um panorama heterogêneo. As regiões Norte e Nordeste possuem uma proporção próxima da média nacional (20,6%) de estabelecimentos (familiares e não familiares) cuja responsabilidade de produção é dividida pelo casal. Já as regiões Sudeste e Centro-Oeste têm por volta de 15% dos estabelecimentos administrados nessa condição, enquanto a região Sul se destaca com mais de 30% com a produção coordenada por casais.

Vale dizer que uma característica significativa do início deste século foi a promoção, exigida por movimentos sociais como a Marcha das Margaridas em 2000, de políticas de igualdade de gênero no meio rural (Deere, 2003; 2017). Uma das medidas mais importantes foi a adjudicação conjunta obrigatória para casais na distribuição de terras da reforma agrária (Resolução Administrativa nº 981/2003). Além disso, em 2007, o Ministério do Desenvolvimento Agrário determinou a prioridade de famílias chefiadas por mulheres como beneficiárias da reforma agrária (Instrução Normativa INCRA nº 38/2007). Outra política relevante, com amplas implicações, foi o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), que promoveu o acesso a documentos oficiais e indispensáveis, como a carteira de identidade, beneficiando 1,35 milhão de mulheres rurais entre 2004 e 2014. Essas políticas ampliaram o acesso das mulheres à terra, o que se evidencia pelo aumento significativo, em termos absolutos e relativos, da gestão feminina de estabelecimentos agropecuários entre os Censos de 2006 e 2017: de 13,8% para 19,8% das unidades da agricultura familiar e de 6,9% para 15,1% das unidades não familiares.

Na Tabela 3 abaixo, olhamos exclusivamente para a agricultura familiar. Aquino et al. (2020) investigam seu perfil no Nordeste brasileiro, avaliando diferenças entre os estados da região. Os indicadores produzidos pelos autores são usados como referência, porém repensados com base em uma perspectiva nacional⁸. A partir disso, nota-se, no mesmo sentido das informações expressas na Tabela 2, que os produtores familiares no Brasil são majoritariamente homens e pessoas negras. Pode-se ressaltar também o aspecto da idade dos produtores familiares como uma dimensão bastante sensível. Metade dos produtores tem mais de 55

⁷ É provável que o produtor considerado o principal responsável seja normalmente aquele que respondeu ao questionário do Censo. Infelizmente, o Manual do Recenseador (IBGE, 2017) não deixa essa informação explícita.

⁸ Os dados desagregados para as cinco grandes regiões brasileiras podem ser observados nas Tabelas A, B, C, D e E do Anexo de Gráficos e Tabelas, disponível em <<https://madeusp.com.br/wp-content/uploads/2025/02/anexonpe65.pdf>>

anos. Assim, o envelhecimento da população rural, assim como sua masculinização, são fenômenos que vêm ocorrendo nas últimas décadas, pois as gerações de filho(a)s e neto(a)s de produtores familiares, sobretudo as mulheres jovens, têm se afastado das atividades agrícolas (Camarano; Abramovay, 1999; Spanevello et al., 2017).

Na Tabela 3, observa-se também que um quarto (26,4%) dos produtores familiares não sabia ler nem escrever no ano de coleta do último Censo Agropecuário (2017). Essa proporção é mais que o dobro do número de analfabetos entre os produtores não familiares (11,8%, Gráfico 1), e pelo menos três vezes maior do que a proporção de analfabetos registrados na população brasileira naquele mesmo ano (IBGE, 2018). Nota-se, a partir do Gráfico 1 e da Tabela 4, que esse indicador também é influenciado pelas dimensões de gênero e raça. Na média, as produtoras familiares mulheres são menos alfabetizadas em relação aos produtores familiares homens, mesmo que por uma diferença de apenas 2 pontos percentuais. Esse resultado vai na direção oposta dos índices nacionais de alfabetização e escolaridade, que apontam as mulheres como o grupo demográfico mais escolarizado. Ao observar os dados desagregados regionalmente, verifica-se que essa inversão nos indicadores de alfabetização é puxada pela realidade da agricultura familiar do Sul e, principalmente, do Sudeste, já que a proporção de alfabetizados entre os homens é maior que entre as mulheres nessas regiões.

O fator regional, portanto, também é uma variável importante para compreender a desigualdade entre agricultores familiares em termos de alfabetização: 44% dos produtores homens e 37% das produtoras mulheres no Nordeste não sabem ler nem escrever, respectivamente, 10 vezes e 5 vezes a proporção observada para produtores familiares homens e mulheres na região Sul (Tabela 4). A desigualdade regional relaciona-se com a desigualdade racial. Homens negros e mulheres negras da agricultura familiar têm taxas de analfabetismo consideravelmente maiores (36% e 33,3%, respectivamente) do que homens brancos e mulheres brancas da agricultura não familiar (5,3% e 5,4%, respectivamente)⁹. Até mesmo entre os produtores não familiares, que apresentam, em média, maiores taxas de alfabetização, há uma alta proporção de analfabetos entre as produtoras e os produtores negros.

Outra dimensão que caracteriza os produtores é a finalidade da produção agrícola. Esta pode ser orientada primordialmente para o consumo familiar, como é o caso da agricultura de subsistência, ou para a comercialização. A destinação da produção é um fator influenciado pelo maior ou menor acesso aos recursos produtivos que serão apresentados nas subseções abaixo (acesso a capital produtivo, instrução técnica, participação em cooperativas ou entidades de classe, etc.). Ao mesmo tempo, a própria finalidade da produção pode retroalimentar essas dife-

Tabela 3. Síntese de indicadores demográficos dos produtores da agricultura familiar no Brasil

Variável	Categorias Estratificação	Número de produtores	%
Sexo	Homem	3.127.736	80,3%
	Mulher	769.672	19,7%
Cor ou raça	Branca	1.682.327	43,8%
	Negra	2.092.073	54,4%
	Outra	68.614	1,8%
Classe de idade	Menor de 25 anos	72.872	1,9%
	De 25 a menos de 35 anos	330.545	8,6%
	De 35 a menos de 45 anos	636.094	16,6%
	De 45 a menos de 55 anos	886.370	23,1%
	De 55 a menos de 65 anos	932.399	24,3%
	De 65 a menos de 75 anos	663.006	17,3%
	De 75 anos e mais	321.728	8,4%
Local de residência	No estabelecimento	3.010.106	77,2%
	Outro local	887.302	22,8%
Acesso a energia elétrica	Sim	3.231.849	83,4%
	Não	644.912	16,6%
Escolaridade	Sabe ler e escrever	2.868.987	73,6%
	Não sabe ler e escrever	1.028.421	26,4%

Fonte: elaborado pelos autores a partir do Censo Agropecuário de 2017 e inspirado em Aquino et al (2020, p.38).

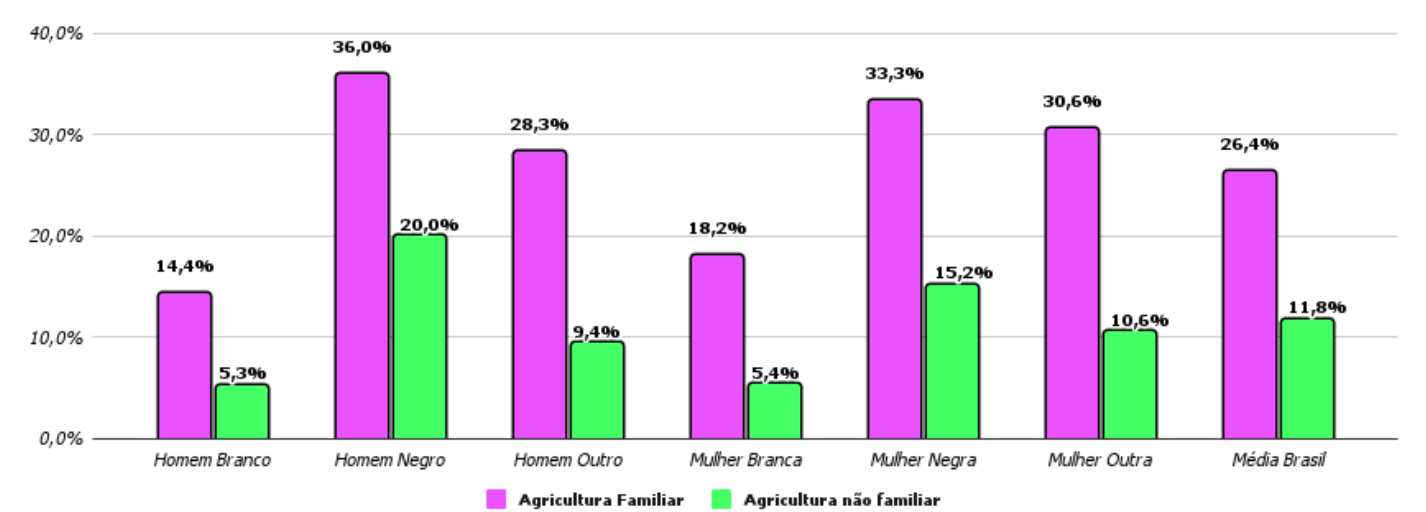
⁹ Como se pode ver no Gráfico A do Anexo de Gráficos e Tabelas <<https://madeusp.com.br/wp-content/uploads/2025/02/anexonpe65.pdf>>, a maioria dos produtores são pessoas negras no Nordeste e pessoas brancas no Sul.

renças de acesso. Isso porque, por um lado, não ter acesso a esses recursos condiciona a produção agrícola, reduzindo as possibilidades de ela ir além da subsistência familiar (alimentação dos membros do domicílio e insumos básicos necessários à sua reprodução social). Por outro lado, orientar a produção primordialmente para a subsistência conduz os agricultores a uma estrutura produtiva que necessita de menos capitalização e escala. Em contraste, quando o objetivo principal da produção agropecuária é a comercialização, impõe-se, em regra, a demanda por maior escala, mas também multiplicam-se as próprias possibilidades de uma expansão produtiva, por

meio dos recursos monetários advindos da venda dos produtos cultivados.

Nesse horizonte, a Tabela 5 aponta para a maior probabilidade de estabelecimentos agropecuários dirigidos por mulheres e pessoas negras ou indígenas, e em particular, por mulheres negras ou indígenas, terem no autoconsumo a principal finalidade da produção agrícola. Essa destinação específica da produção é mais comum no Nordeste, onde até mesmo os homens brancos, categoria amplamente favorecida em uma série de indicadores sociodemográficos, dependem majoritariamente da agricultura de subsistência.

Gráfico 1. Proporção de produtores agrícolas que não sabem ler nem escrever, por tipo de produção, e por gênero e raça do produtor



Fonte: elaborado pelos autores a partir do Censo Agropecuário de 2017.

Tabela 4. Proporção de produtores agrícolas que sabem ler e escrever, por tipo de produção, região e gênero do produtor

Região	Perfil demográfico dos produtores	Agricultura familiar		Total	Agricultura não familiar	
		Sabe ler e escrever	Não sabe ler e escrever		Sabe ler e escrever	Não sabe ler e escrever
Brasil	Homens	74,0%	26,0%	100,00%	88,1%	11,9%
	Mulheres	72,0%	28,0%	100,00%	89,1%	10,9%
Norte	Homens	76,9%	23,1%	100,00%	90,5%	9,5%
	Mulheres	78,9%	21,1%	100,00%	91,5%	8,5%
Nordeste	Homens	56,1%	43,9%	100,00%	76,0%	24,0%
	Mulheres	63,0%	37,0%	100,00%	83,5%	16,5%
Sudeste	Homens	88,7%	11,3%	100,00%	96,1%	3,9%
	Mulheres	82,3%	17,7%	100,00%	94,9%	5,1%
Sul	Homens	95,6%	4,4%	100,00%	98,2%	1,8%
	Mulheres	92,5%	7,5%	100,00%	97,4%	2,6%
Centro-Oeste	Homens	88,4%	11,6%	100,00%	96,7%	3,3%
	Mulheres	87,6%	12,4%	100,00%	96,1%	3,9%

Fonte: elaborado pelos autores a partir do Censo Agropecuário de 2017.

Tabela 5 - Proporção de produtores (familiares e não familiares) cuja finalidade principal da produção é o consumo da família, por região, e por gênero e raça do produtor

Regiões	Homem				Mulher			
	Branco	Negro	Amarelo	Indígena	Branca	Negra	Amarela	Indígena
Brasil	25,2%	48,7%	27,5%	65,7%	41,7%	59,9%	46,9%	68,6%
Norte	19,2%	27,9%	28,2%	68,5%	28,5%	36,4%	34,3%	67,7%
Nordeste	55,1%	60,7%	57,1%	66,4%	65,6%	67,5%	68,5%	72,8%
Sudeste	12,4%	34,2%	8,8%	50,3%	22,8%	53,6%	18,5%	63,2%
Sul	16,2%	29,2%	11,0%	50,4%	30,5%	47,2%	21,9%	53,8%
Centro-Oeste	16,3%	28,1%	20,6%	64,4%	25,9%	40,4%	36,5%	73,0%

Fonte: elaborado pelos autores a partir do Censo Agropecuário de 2017.

3.2. Características da ocupação agropecuária

Esta subseção enfoca os trabalhadores ocupados nos estabelecimentos agropecuários, ampliando a análise da subseção anterior, que se concentrou exclusivamente no perfil dos produtores, isto é, dos principais responsáveis pela produção em cada estabelecimento. A partir da Tabela 6, podemos observar que uma parcela majoritária do total de ocupados em estabelecimentos agropecuários está vinculada à agricultura familiar: 67%, frente a 33% trabalhando em propriedades não familiares. São números expressivos, que refletem a contribuição da produção familiar para a garantia da subsistência e da renda de mais de 10 milhões de brasileiros, em sua maioria, residentes rurais. A Tabela 6 ainda aponta que o Norte, o Nor-

deste e o Sul são as regiões com a maior proporção de ocupados na agricultura familiar, respectivamente 77,7%, 73,8% e 69,1%. Em termos absolutos, o Nordeste concentra em torno de 4,7 milhões de pessoas ocupadas na agricultura familiar, o que representa aproximadamente a metade do total de pessoas ocupadas nesse tipo de agricultura, e quase um terço do total de ocupados na agricultura em geral no Brasil.

Na Tabela 7, é possível visualizar uma outra dimensão associada à marginalização das mulheres na atividade agropecuária: a aparentemente baixa participação feminina no total de ocupados em propriedade agrícolas no Brasil, em torno de 29% do total de ocupados, remunerados e não remunerados (trabalhador familiar auxiliar). Essa fração é aparente

Tabela 6. Pessoas ocupadas em termos absolutos e relativos, por tipo de produção e região

Regiões	Agricultura Familiar		Agricultura não familiar		Total	
	Número de ocupados	% em relação às pessoas ocupadas na agropecuária na região	Número de ocupados	% em relação às pessoas ocupadas na agropecuária na região	Número de ocupados	% em relação ao total de pessoas ocupadas na agropecuária no Brasil
Norte	1.562.754	77,74%	447.537	22,26%	2.010.291	13,31%
Nordeste	4.708.670	73,84%	1.668.094	26,16%	6.376.764	42,22%
Sudeste	1.670.696	52,42%	1.516.681	47,58%	3.187.377	21,10%
Sul	1.616.290	69,05%	724.576	30,95%	2.340.866	15,50%
Centro Oeste	557.149	46,83%	632.678	53,17%	1.189.827	7,88%
Brasil	10.115.559	66,97%	4.989.566	33,03%	15.105.125	100,00%

Fonte: elaborado pelos autores a partir do Censo Agropecuário de 2017.

Tabela 7. Pessoas ocupadas por tipo de produção, gênero do trabalhador e região

Regiões	Agricultura Familiar		Agricultura não familiar		Proporção do Total	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Norte	1.034.257	528.497	340.452	107.085	68,38%	31,62%
Nordeste	3.194.126	1.514.544	1.276.735	391.359	70,11%	29,89%
Sudeste	1.185.818	484.878	1.240.634	276.047	76,13%	23,87%
Sul	1.020.439	595.851	555.792	168.784	67,34%	32,66%
Centro Oeste	363.242	193.907	514.611	118.067	73,78%	26,22%
Total Brasil	6.797.882	3.317.677	3.928.224	1.061.342	10.726.106	4.379.019
Proporção Brasil	67,20%	32,80%	78,73%	21,27%	71,01%	28,99%

Fonte: elaborado pelos autores a partir do Censo Agropecuário de 2017.

porque, conforme já apontado pela literatura (Singer, 1981; Fontoura et al., 2010; Paulilo, 2013; Resende, 2023), a contribuição feminina para a produção agrícola comercial é sistematicamente subestimada por pesquisas quantitativas como o Censo Agropecuário. Isso porque as relações sociais de gênero no campo associam papéis e expectativas diferentes para homens e mulheres. Desse modo, as mulheres muitas vezes enxergam sua participação na produção agrícola, seja ela voltada à subsistência familiar ou à comercialização, como uma extensão do trabalho doméstico e de cuidado não remunerado realizado na esfera familiar (Fontoura et al., 2010; Paulilo, 2013; Siliprandi, 2015). Assim, questionários rígidos de pesquisas quantitativas podem subestimar a participação feminina na população economicamente ativa (Singer, 1981, p. 165-166).

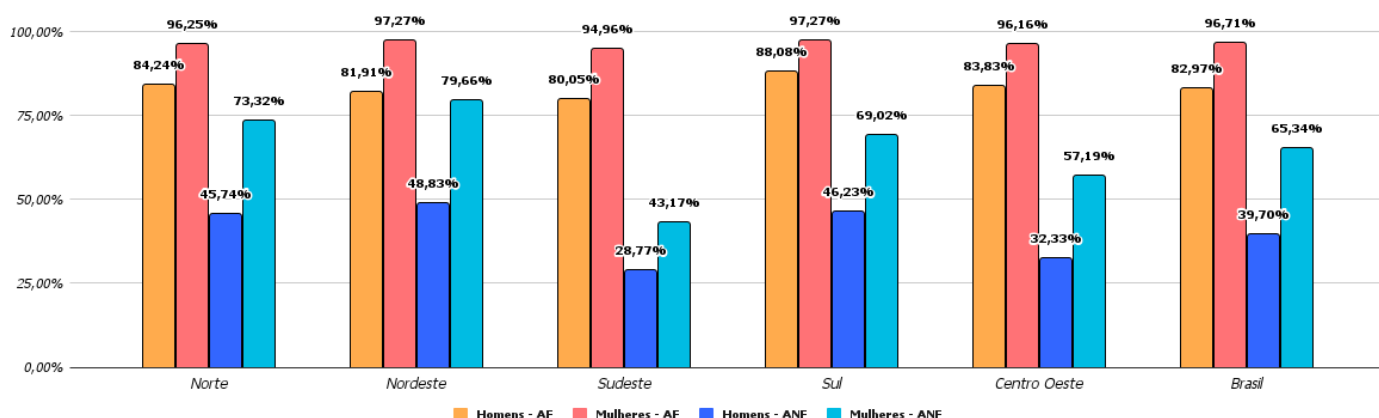
Portanto, é difícil estimar a real participação feminina no total de ocupados na atividade agrícola. Ainda assim, conforme a Tabela 7, é significativo o fato de as mulheres representarem uma maior fração do total de ocupados na agricultura familiar (32,8%), em contraste com sua baixa participação na agricultura não familiar (21,3%). Elas também participam mais da força de trabalho de um modo geral (considerando tanto a agricultura familiar quanto a não familiar) no Sul (32,7%), no Norte (31,6%), e no Nordeste (29,9%), regiões com maior presença da agricultura familiar. O caso da região Sul é curioso, pois, apesar de ser a região com menor proporção relativa de mulheres dirigentes de estabelecimentos agropecuários (como veremos no Gráfico 5), o trabalho agrícola feminino é frequentemente demandado, sobretudo em empreendimentos familiares. Em outras palavras, muitas mulheres contribuem com seu trabalho para a produção agrícola familiar na região Sul, mas elas raramente controlam os recursos e participam das decisões produtivas.

O Gráfico 2 apresenta evidências de que quase a totalidade das mulheres ocupadas na agricultura familiar (96,7%) e a grande maioria das mulheres ocupadas na agricultura não familiar (65,3%) possuem laços de parentesco com o produtor, nos resultados agregados para o Brasil. Esse padrão de inserção laboral é perceptível em todas as grandes regiões do país. É interessante notar que a fração de pessoas ocupadas com laços de parentesco com o produtor em estabelecimentos definidos pelo Censo Agropecuário como “agricultura não familiar”, em observância à classificação legal, está longe de ser desprezível, mesmo para o gênero masculino. No Norte, no Sul e, sobretudo, no Nordeste, essa proporção é significativa.

3.3. As desigualdades no acesso à terra

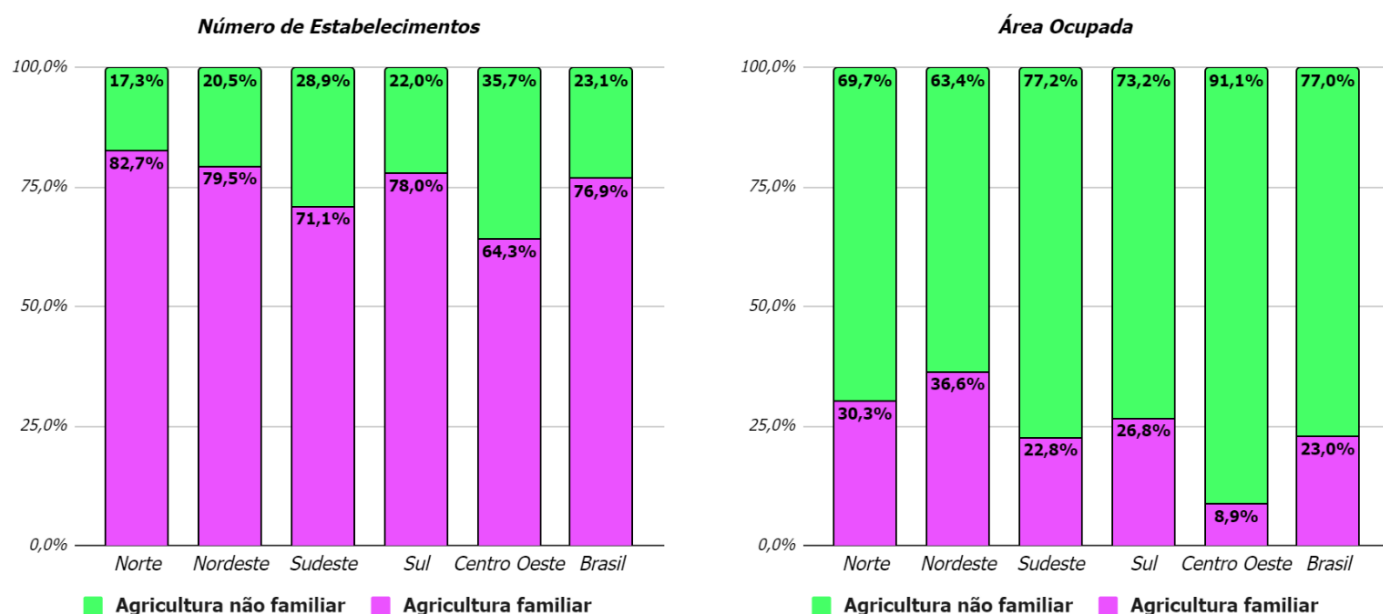
Atentando para o início do século XXI, Alcantara Filho e Fontes (2009) calculam um Índice de Gini de acesso à terra. Seu resultado mostra uma desigualdade expressiva: em 2003, o Brasil apresentava o Gini para a concentração de terra de 0,816. Outra maneira de observar a elevada concentração fundiária no Brasil é comparar o diferencial de acesso à terra entre a agricultura familiar e não familiar a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2017. O Gráfico 3 evidencia que a produção familiar concentra 77% do número de estabelecimentos agropecuários, mas que se referem conjuntamente a apenas 23% da área produtiva. A região Nordeste, onde se concentra a maioria das pessoas ocupadas na atividade agropecuária, é aquela em que a participação familiar em termos de área é a maior em relação à média brasileira, com 36,6%, enquanto o Centro-Oeste, região expoente do agronegócio patronal, apresenta o cenário oposto, com apenas 8,9% da área ocupada pela agricultura familiar.

Gráfico 2. Proporção de pessoas ocupadas com laço de parentesco com o produtor em relação ao total de pessoas ocupadas, por tipo de produção (AF e ANF), gênero do trabalhador e região



Fonte: elaborado pelos autores a partir do Censo Agropecuário de 2017.

Gráfico 3. Concentração relativa, em cada região, do número de estabelecimentos e da área ocupada por eles, por tipo de produção (familiar e não familiar)

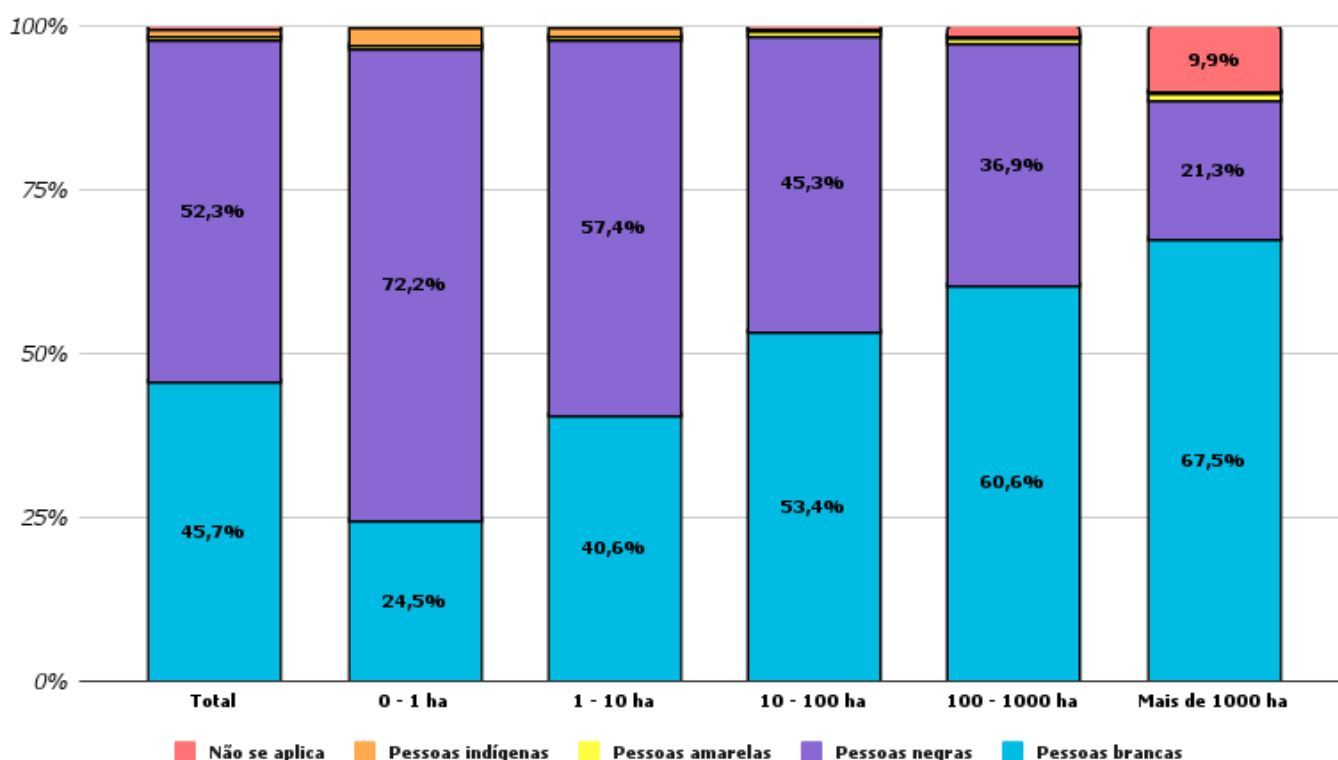


Fonte: elaborado pelos autores a partir do Censo Agropecuário de 2017.

Por outra perspectiva, na linha do que Basole e Basu (2011) fizeram para o caso da Índia, ordenamos os produtores a partir do tamanho em hectares (ha) das propriedades: 0-1, 1-10, 10-100, 100-1000 e mais de 1000 ha. Desse modo, um resultado relevante é a menor presença de produ-

res negros nos estratos de maiores áreas. Por outro lado, esses produtores correspondem a quase três quartos (72,2%) daqueles que detêm estabelecimentos com até 1 ha e 57,4% dos produtores de estabelecimentos de 1 a 10 hectares.

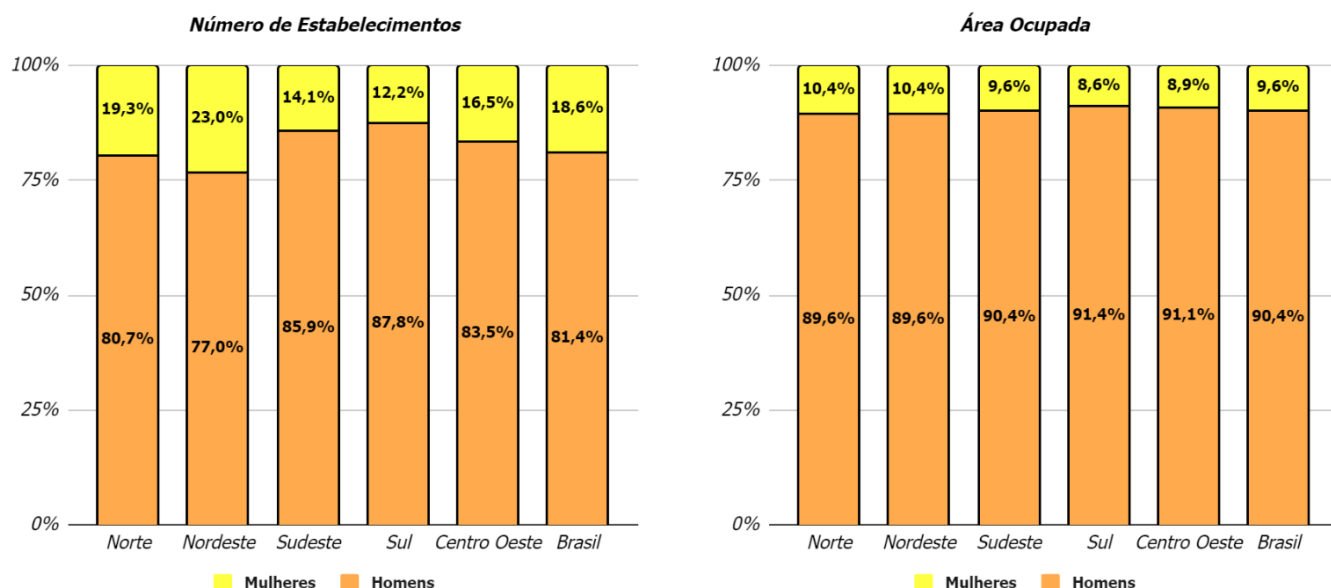
Gráfico 4. Representatividade racial dos produtores por tamanho do estabelecimento¹¹



Fonte: elaborado pelos autores a partir do Censo Agropecuário de 2017.

¹¹ Em função dos dados sobre a área das propriedades no Censo Agropecuário serem divulgados por intervalos de áreas em hectares (ha), os extratos de área construídos aqui são, mais precisamente: 0-1 ha = 12,14% do total de estabelecimentos; 1-10 ha = 38,78%; 10-100 ha = 39,64%; 100-1000 ha = 8,42%; mais de 1000 ha = 1,02%.

Gráfico 5. Concentração relativa, em cada região, do número de estabelecimentos e da área ocupada por eles, por gênero do produtor



Fonte: elaborado pelos autores a partir do Censo Agropecuário de 2017.

Além da dimensão racial, a concentração fundiária também reflete uma desigualdade de gênero. Cerca de 900 mil empreendimentos agrícolas são comandados por mulheres, o que corresponde a 18,6% do total de estabelecimentos no Brasil, mas eles ocupam apenas 9,6% do total da área de produção agropecuária. Ressalta-se, a partir do Gráfico 5, que essa dimensão da desigualdade de gênero no campo tem uma configuração bastante homogênea entre as grandes regiões brasileiras, diferentemente da composição racial e do grau de desigualdade associado a ela, ambos bastante heterogêneos entre as regiões. Não obstante, é possível identificar uma maior participação feminina nas regiões Norte e Nordeste, ainda que de forma sutil.

3.4. O acesso ao capital físico e à instrução técnica na produção agrícola brasileira

Além da terra, o acesso a outros recursos produtivos são fundamentais para caracterizar a produção e diferenciar agricultores familiares e não familiares. Singer (1981) já havia elucidado que o acesso a tratores representava um bom indicador do grau de modernização, e nesse sentido, de capitalização das propriedades agrícolas brasi-

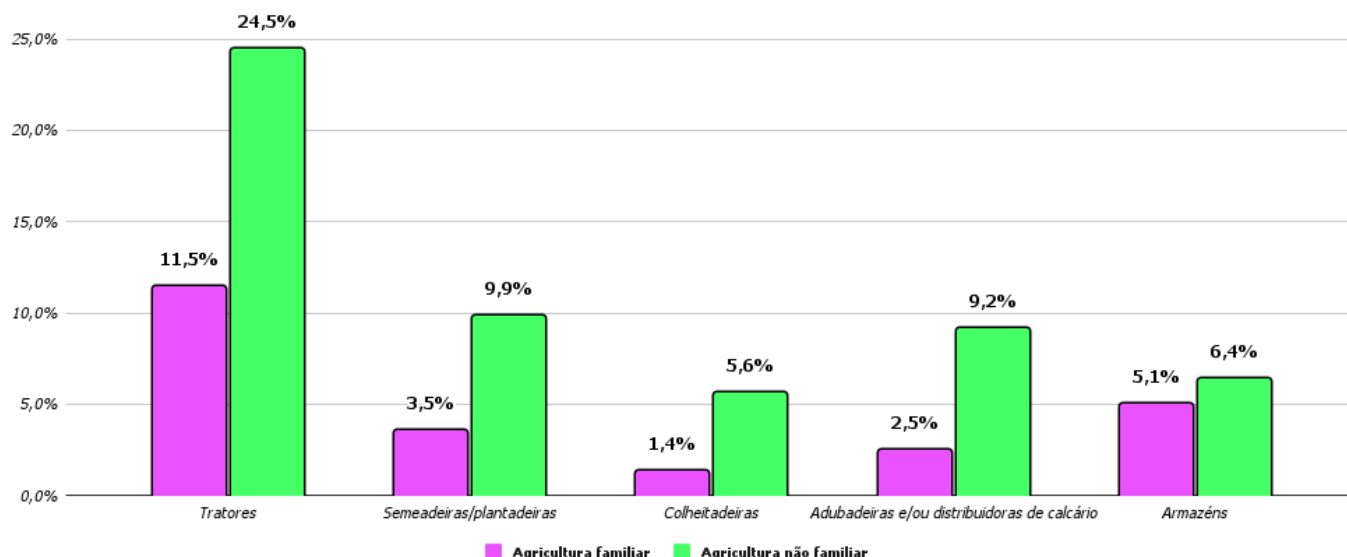
leiras. O Gráfico 6 revela uma notória discrepância entre a agricultura familiar e a agricultura não familiar no que se refere ao acesso a equipamentos de produção agrícola: enquanto quase um quarto (24,5%) dos estabelecimentos não familiares tinha acesso a tratores na data de referência, no caso da agricultura familiar essa proporção alcançou pouco mais de um décimo dos produtores (11,5%). O mesmo padrão pode ser identificado para outros equipamentos, embora menos acessíveis em geral: semeadeiras, colheitadeiras e adubadeiras. Apenas a infraestrutura representada por armazéns parece ser igualmente (in)acessível para ambos os tipos de agricultura¹².

Ainda assim, é preciso reconhecer que a vasta maioria, tanto dos agricultores familiares, quanto dos produtores não familiares, não tinha acesso a esses equipamentos de produção no momento em que foi realizado o Censo. Isso pode ser explicado, em parte, pelo fato de que boa parte dos produtores aluga, arrenda ou pega emprestado os equipamentos de que precisam apenas em fases específicas do processo de produção agrícola. Além disso, muitos produtores são coproprietários de equipamentos, os quais, no entanto, serão vinculados a um único estabelecimento pelo Censo Agropecuário¹³.

¹² A baixa proporção de estabelecimentos com acesso a estrutura de armazenagem tanto na agricultura familiar quanto na não familiar reflete a natureza das produções que fazem uso desses recursos. Armazéns são particularmente importantes para a produção de grãos e bens agrícolas não perecíveis quando produzidos em grande escala, estando, portanto, tipicamente associados a propriedades de grandes extensões, com baixa representatividade no número total de estabelecimentos.

¹³ São contabilizados pelo Censo Agropecuário, entre outros, os veículos e equipamentos "existentes no estabelecimento na data de referência, sob responsabilidade do produtor, quer seja de sua propriedade ou de propriedade coletiva de produtores, arrendados, alugados ou cedidos por terceiros" (IBGE, 2017). Por outro lado, se o produtor for proprietário de máquinas, veículos, implementos ou tratores que estão arrendados, alugados ou cedidos a terceiros, estes não são considerados na contagem. Essa decisão metodológica está em consonância com as práticas sociais do campo, tendo em vista a frequência de empréstimos, aluguéis e propriedades coletivas de máquinas. Ela impede, contudo, a realização de estimativas a respeito do grau de concentração da propriedade de equipamentos por um mesmo produtor.

Gráfico 6. Proporção de produtores agrícolas com acesso a equipamentos na data de referência, por tipo de produção

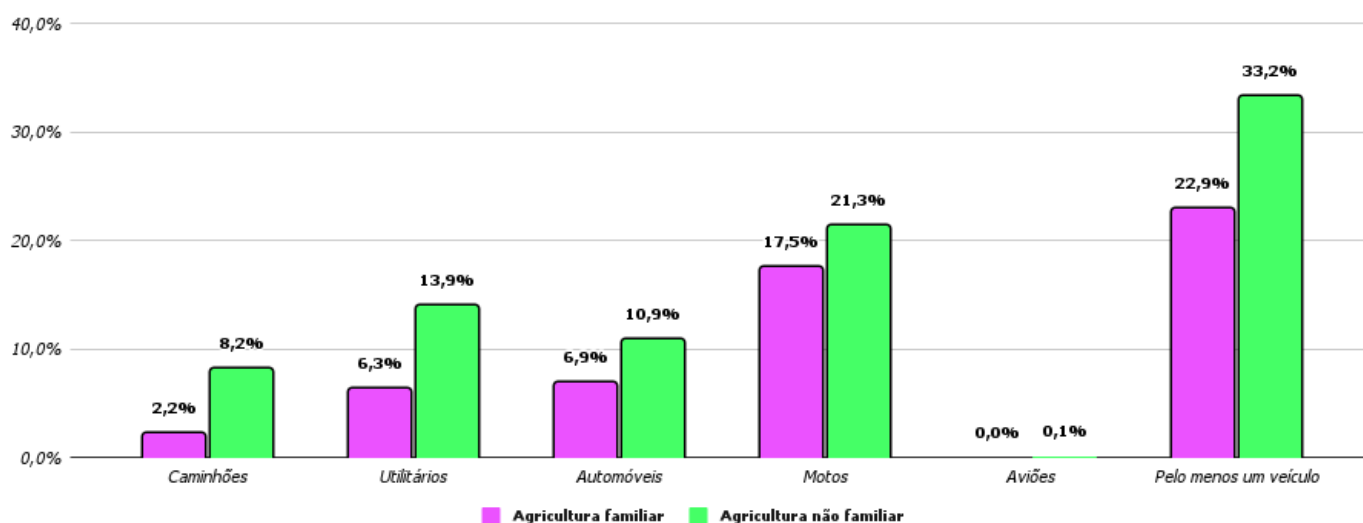


Fonte: elaborado pelos autores a partir do Censo Agropecuário de 2017. São contabilizados os equipamentos sob responsabilidade do produtor, quer seja de sua propriedade ou de propriedade coletiva de produtores, arrendados, alugados ou cedidos por terceiros.

Do ponto de vista do acesso a veículos utilizados na produção (já que o Censo não contabiliza veículos de uso particular), a desigualdade entre agricultores familiares e não familiares é menos pronunciada, mas ainda está presente, em particular, com respeito a caminhões. Conforme ilustrado no Gráfico 7, 2,2% dos produtores familiares possuem esse tipo de veículo, frente a 8,2% dos não familiares. Entretanto, o que chama atenção é a baixa proporção de produtores agrícolas com acesso a veículos, mesmo se levarmos em conta as práticas usuais de arrendamento ou proprieda-

de coletiva de veículos. Se considerarmos o veículo mais utilizado pelos produtores, verificamos que, respectivamente, 17,5% e 21,3% dos agricultores familiares e não familiares tinham motos à sua disposição na data de referência da pesquisa. Se considerarmos o acesso a pelo menos um veículo, qualquer que seja, essa proporção sobe para 22,9% dos produtores familiares e 33,2% dos não familiares. Portanto, a heterogeneidade interna aos agricultores familiares (Guanzirolí et al., 2013; Aquino et al., 2018), e podemos dizer também, aos agricultores não familiares, não pode ser ignorada.

Gráfico 7. Proporção de produtores agrícolas com acesso a veículos utilizados nas atividades produtivas na data de referência, por tipo de veículo



Fonte: elaborado pelos autores a partir do Censo Agropecuário de 2017. São contabilizados os veículos sob responsabilidade do produtor, quer seja de sua propriedade ou de propriedade coletiva de produtores, arrendados, alugados ou cedidos por terceiros. Não são contabilizados os veículos de uso particular.

Tabela 8. Proporção de produtores agrícolas com acesso a veículos e equipamentos de produção agrícola por gênero do produtor e tipo de produção

Equipamentos/Veículos	Agricultura Familiar		Agricultura não familiar	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Tratores	13,2%	4,2%	26,3%	11,2%
Semeadeiras/plantadeiras	4,2%	0,9%	10,8%	3,6%
Colheitadeiras	1,6%	0,3%	6,2%	1,7%
Adubadeiras e/ou distribuidoras de calcário	3,0%	0,7%	9,9%	3,4%
Armazéns	5,5%	3,0%	6,7%	3,6%
Caminhões	2,5%	0,6%	8,8%	2,5%
Utilitários	7,1%	2,7%	14,7%	6,4%
Automóveis	8,5%	3,1%	11,3%	5,8%
Motos	21,5%	10,8%	21,8%	15,6%
Aviões	0,0%	0,0%	0,1%	0,0%
Pelo menos um veículo	24,9%	13,1%	22,6%	12,0%

Fonte: elaborado pelos autores a partir do Censo Agropecuário de 2017.

A Tabela 8 expõe a desigualdade de acesso a equipamentos e veículos entre homens e mulheres na posição de produtores, isto é, de principais responsáveis pelas decisões produtivas, em ambos os tipos de produção (familiar e não familiar). Enquanto 4,2% das produtoras familiares mulheres possuem tratores, essa proporção sobe para 13,2% no caso dos agricultores homens, também familiares. É interessante perceber que, embora a agricultura não familiar seja, de modo geral, mais capitalizada (26,3% dos produtores não familiares homens possuem tratores, por exemplo), as mulheres dessa categoria têm menor acesso a equipamentos e veículos do que homens classificados como agricultores familiares. No caso dos tratores, apenas 11,2% das produtoras não familiares possuem esse tipo de capital físico. Outro exemplo é o acesso a motos e automóveis: respectivamente, 15,6% e 5,8% das produtoras não familiares possuem esses veículos em suas propriedades, frente a 21,5% e 8,5% dos produtores familiares do gênero masculino.

Infelizmente, os dados do Censo Agropecuário de 2017 não foram divulgados com informações a respeito do acesso a capital físico desagregadas por raça. Ainda assim, é possível inferir sobre a desigualdade nesse acesso com base na distribuição regional da população brasileira, em termos raciais. Como é possível observar nas Tabelas A e B do Anexo¹⁴, a maioria dos estabelecimentos no Norte e no Nordeste são dirigidos por pessoas negras. Ademais, essas regiões concentram a maior parte das pessoas negras ocupadas na atividade agropecuária (Gráfico A do Anexo¹⁵). Assim, dado que a Tabela 9 expõe o baixo acesso a equipamentos e veículos por parte da agricultura familiar nes-

sas duas regiões, levanta-se um questionamento: a combinação desses resultados indica a falta de acesso a esses fatores de produção por parte da população negra que depende da atividade agrícola para sua subsistência? Nossa hipótese é de que sim, mas para afirmar com contundência e também identificar as especificidades com que se manifesta a desigualdade racial nessa dimensão de acesso ao capital produtivo, são necessárias investigações futuras utilizando outras estratégias de análise e outras fontes de dados.

No mais, a Tabela 9 coloca em evidência um resultado que se articula aos resultados que são discutidos mais à frente, na Tabela 10 e no Gráfico 8: os agricultores familiares da região Sul não apenas apresentam acesso a instrução técnica de maneira bastante difundida, como também têm acesso relativamente amplo ao bem de produção talvez mais representativo da capitalização da agricultura: o trator. A desigualdade nesta dimensão salta aos olhos, pois enquanto apenas 1,3% dos produtores familiares do Nordeste e 3% dos produtores do Norte possuem tratores, nada menos do que 39,6% dos agricultores familiares do Sul são proprietários desse tipo de capital físico, ficando novamente explícitas as diferenças internas à agricultura familiar (Guanziroli et al., 2013; Aquino et al., 2018).

Como veremos, tanto o maior acesso à instrução técnica quanto o maior acesso a equipamentos de produção podem estar relacionados à elevada proporção de produtores vinculados a cooperativas no Sul (Gráfico 8). Por meio delas, os agricultores podem tornar-se coproprietários de

¹² Disponível em: <<https://madeusp.com.br/wp-content/uploads/2025/02/anexonpe65.pdf>>.

¹³ Disponível em: <<https://madeusp.com.br/wp-content/uploads/2025/02/anexonpe65.pdf>>.

Tabela 9. Proporção de agricultores familiares com acesso a veículos e equipamentos de produção agrícola, por região

Região	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Tratores	3,0%	1,3%	16,7%	39,6%	13,9%	11,6%
Semeadeiras/plantadeiras	0,4%	0,3%	2,8%	15,7%	3,3%	3,6%
Colheitadeiras	0,1%	0,1%	1,7%	5,6%	1,3%	1,4%
Adubadeiras e/ou distribuidoras de calcário	0,2%	0,1%	3,5%	10,0%	2,4%	2,6%
Armazéns	1,0%	2,9%	8,8%	10,9%	2,2%	5,1%
Caminhões	0,9%	0,4%	3,3%	6,8%	5,6%	2,2%
Utilitários	4,0%	1,2%	10,3%	16,3%	15,8%	6,3%
Automóveis	5,4%	1,9%	9,1%	17,6%	13,1%	6,9%
Motos	22,0%	15,1%	17,1%	19,1%	24,4%	17,5%
Aviões	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,2%	0,0%
Pelo menos um veículo	24,6%	15,7%	26,1%	33,6%	31,1%	22,6%

Fonte: elaborado pelos autores a partir do Censo Agropecuário de 2017.

máquinas, veículos e outros equipamentos, compartilhando os meios de produção agrícola entre si. Assim, reconhecer a realidade desigual dos agricultores de diferentes regiões não significa colocar em xeque o acesso a recursos da agricultura familiar sulista, mas evidenciar estratégias bem sucedidas que podem ser replicadas, e demandar políticas voltadas ao desenvolvimento rural de todo o território brasileiro, sobretudo no Nordeste e no Norte.

Paralelamente ao acesso material aos recursos produtivos, outra dimensão que influencia a produção agropecuária é a capacidade de adquirir conhecimento e instrução, elemento que aparece no Censo Agropecuário de 2017 como acesso à instrução técnica. Esse acesso segue padrões similares aos da alfabetização destacados na subseção 3.1. A Tabela 10 evidencia que, excetuando a região Sul, em todas as demais regiões, produtores não familiares têm maior acesso à instrução técnica frente à agricultura familiar, que tem, na média

para o Brasil, aproximadamente, uma em cada cinco propriedades recebendo instrução técnica de qualquer fonte. A proporção de produtores homens que têm acesso à instrução técnica¹⁶ é, também na média para o território nacional, quase o dobro da de mulheres. Os dados desagregados pela dimensão de raça não estão disponíveis para essa variável em particular.

A desigualdade regional interna à agricultura familiar é evidente: mais da metade dos produtores homens da agricultura familiar da região Sul tem acesso à instrução técnica, enquanto menos de 8% dos produtores familiares nordestinos do gênero masculino recebem esse tipo de instrução. Um dos fatores determinantes para essa discrepância é o acesso desigual aos programas de financiamento à agricultura familiar, como o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), que prevê a concessão de linhas de crédito subsidiadas acompanhadas de serviços de

Tabela 10. Proporção de produtores agrícolas com acesso a instrução técnica, por gênero e tipo de produção

Regiões	Agricultura familiar			Agricultura não familiar		
	Homens	Mulheres	Média	Homens	Mulheres	Média
Brasil	19,9%	11,2%	18,2%	27,9%	16,9%	27,0%
Norte	9,2%	7,5%	8,8%	18,5%	12,7%	17,9%
Nordeste	7,7%	6,1%	7,3%	11,9%	8,1%	11,6%
Sudeste	25,5%	18,8%	24,5%	38,8%	29,0%	38,7%
Sul	51,2%	32,4%	48,9%	48,9%	31,4%	47,6%
Centro-Oeste	16,9%	14,3%	16,4%	37,1%	27,4%	36,6%

Fonte: elaborado pelos autores a partir do Censo Agropecuário de 2017.

¹⁶ Assistência técnica e/ou extensão rural é a garantia de suporte técnico aos agricultores para o aprimoramento da produção agrícola, acompanhada da implementação de novas tecnologias ou técnicas de produção. Muitas vezes, está associada ao crédito rural. Pode ser oferecida por instituições governamentais no âmbito de políticas ou programas específicos, ou por organizações sem fins lucrativos e instituições de educação (como universidades), em parceria com o governo ou de forma independente. É comum os termos serem usados de maneira equivalente, mas a assistência técnica pode estar associada a uma relação de ensino individualizada e baseada em uma certa hierarquia entre o instrutor e o aprendiz, enquanto a extensão rural pode estar vinculada a relações de aprendizado comunitárias e horizontais, pautadas pela troca de experiências entre o instrutor e os produtores agrícolas.

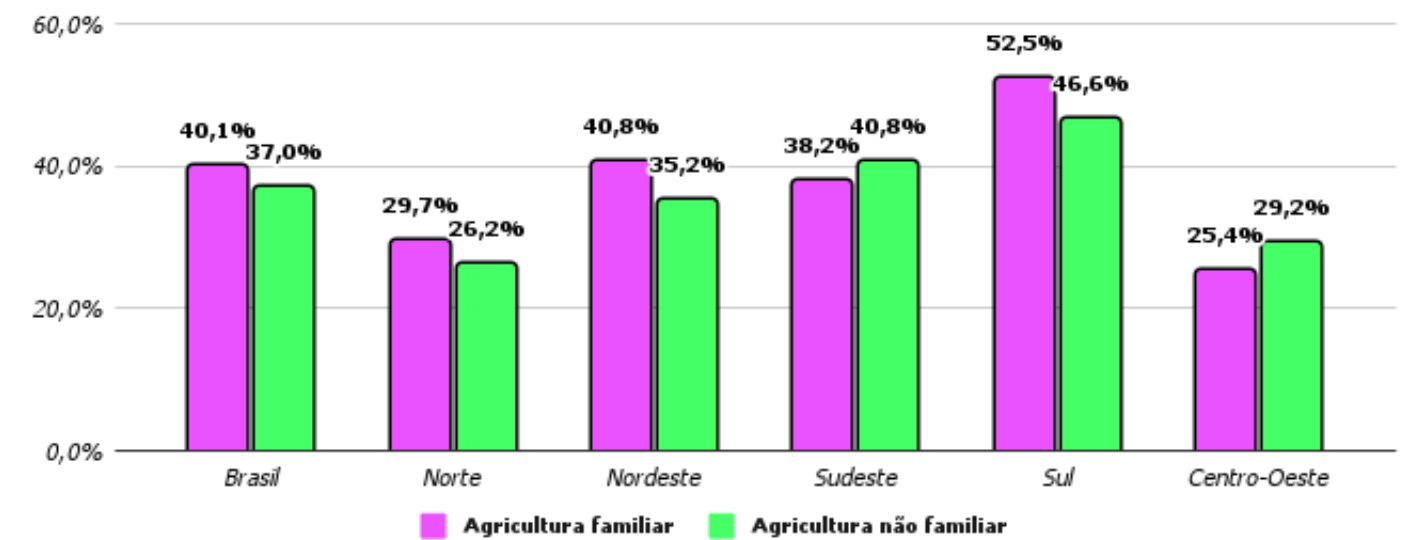
instrução técnica para o aumento da produtividade na produção agropecuária (Aquino et al., 2018; Guanziroli et al., 2013; Vergara-Camus; Kay, 2017; Sauer et al., 2017). Nesse sentido, como mostram Aquino e Schneider (2015), dado que o acesso ao PRONAF é maior para produtores das regiões Sul (que concentrou mais de 40% desse tipo de crédito entre 1996 e 2012) e Sudeste, esse certamente é um dos vetores que explicam o diferencial regional no indicador de acesso à instrução técnica.

Outro fator que influencia o acesso à instrução técnica é a associação a cooperativas ou entidades de classe, uma prática difundida entre os produtores familiares, como mostra o Gráfico 8: cerca de 40% compõem algum tipo de associação ou entidade de classe, proporção maior, inclusive, do que a verificada para os produtores não familiares (37%). Como já adiantamos, há uma diferença regional na tendência de associação dos produtores familiares (Silva; Nunes, 2022), pois a agricultura familiar do Sul se destaca como a mais organizada

em associações: mais da metade dos produtores (52,5%) é associada a alguma entidade de classe ou cooperativa, fração 20 p.p. maior do que a verificada entre os produtores da região Norte (29,7%).

A Tabela 11 apresenta evidências em linha com o que expõem Silva e Nunes (2022): a participação em cooperativas ou outros tipos de associação parece influenciar positivamente o acesso à instrução técnica. Nota-se que esse efeito é muito expressivo para as cooperativas, em particular, já que a proporção de produtores familiares cooperados com acesso à instrução técnica (61,5%) é quase seis vezes maior em relação a produtores familiares que não têm nenhum tipo de vínculo associativo (dos quais apenas 11,5% têm acesso à instrução). A correlação entre associação a cooperativa e acesso à instrução técnica é também evidente, embora menos pronunciada, na produção não familiar: a proporção de produtores associados com acesso à instrução (40,5%) equivale ao dobro da proporção identificada para os não associados (19%).

Gráfico 8. Proporção de produtores agrícolas associados a cooperativas ou entidades de classe, por região e tipo de produção



Fonte: elaborado pelos autores a partir do Censo Agropecuário de 2017.

Tabela 11. Proporção de produtores agrícolas com acesso a instrução técnica, por tipo de produção, e considerando a associação a cooperativa ou entidade de classe

Associação a cooperativa ou entidade de classe	Agricultura familiar	Agricultura não familiar
Média	18,2%	27,0%
Não Associado	11,5%	19,0%
Associado	28,1%	40,5%
Cooperativa	61,5%	69,3%
Entidade de classe/sindicato	22,7%	34,1%
Associação/movimento de produtores	23,9%	32,3%
Associação de moradores	17,7%	17,2%

Fonte: elaborado pelos autores a partir do Censo Agropecuário de 2017.

Considerações finais

A investigação conduzida neste trabalho reforça as evidências da literatura a respeito das diferenças entre produtores familiares e não familiares. A agricultura familiar tem menor acesso à terra, a capital físico, à instrução técnica, bem como menores índices de alfabetização. Por outro lado, emprega a maioria das pessoas ocupadas no campo e tem maior representatividade de pessoas negras e mulheres entre os produtores.

Os resultados também apontaram para uma heterogeneidade regional expressiva dentro da categoria de agricultura familiar: os produtores do Norte e Nordeste são menos alfabetizados, têm muito menos acesso à instrução técnica e a capital físico, mas empregam a maioria absoluta da força de trabalho no campo, frente aos produtores do Sul e Sudeste. Como vimos, a desigualdade de acesso à instrução técnica está relacionada a dois fatores determinantes: ao diferencial no acesso ao crédito via PRONAF e às variações regionais no que diz respeito à associação dos agricultores a cooperativas ou entidades de classes. Em ambos os casos, a região Sul se destaca, concentrando uma elevada parcela dos recursos do PRONAF e apresentando altas taxas de associação.

As desigualdades regionais interagem com as desigualdades raciais e indicam que há um hiato expressivo entre produtores negros e brancos, em todas as dimensões exploradas nesse estudo. Por fim, em todas as regiões, as mulheres são a minoria dos produtores e concentram, ainda assim, uma parcela sub-representativa da área total, além de terem menos acesso a capital físico e instrução. Portanto, evidencia-se a necessidade de orientar políticas de incentivo e fortalecimento da agricultura familiar, observando a interseção das desigualdades regionais com as dimensões de gênero e raça.

Ressalta-se, por fim, que os dados expostos são estatísticas descritivas de um panorama amplo de caracterização da agricultura familiar enquanto grupo social e produtivo, e como tais, não esgotam as investigações necessárias para compreender os demais aspectos do cotidiano e as condições de reprodução social desse grupo. A interseccionalidade das desigualdades observadas pode servir como um norte para estudos sobre efeitos mais específicos de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, ou mesmo para investigações a respeito do grau de integração econômica da atividade agrícola com outras atividades que garantam o sustento da população rural.

Referências

- Alcantara Filho, J. L., & Fontes, R. M. O. (2009). A formação da propriedade e a concentração de terras no Brasil. **Revista Heera**, 63-85.
- Aquino, J.; Gazolla, M.; Schneider, S. (2018). Dualismo no campo e desigualdades internas na agricultura familiar brasileira. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, 56(1), 123-142.
- Aquino, J. R.; Alves, M. O.; de Fátima Vidal, M. (2020). Agricultura familiar no Nordeste do Brasil: um retrato atualizado a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017. **Revista Econômica do Nordeste**, 51(Suplemento Especial), 31-54.
- Aquino, J. R.; Schneider, S. (2015). O Pronaf e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro. In: Grisa, C., & Schneider, S. (2015). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, pp. 53-81.
- Basole, A.; Basu, D. (2011). Relations of Production and Modes of Surplus Extraction in India: Part I Agriculture. **Economic & Political Weekly**. April 2, Vol. XLVI, nº 14, p. 4158.
- Camarano, A. A.; Abramovay, R. (1999). Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. Texto para discussão nº 621, **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, 23p.
- Deere, C. D.; León, M. (2003). The gender asset gap: Land in Latin America. **World development**, 31(6), 925-947.
- Deere, C. D. (2003). Women's Land Rights and Rural Social Movements in the Brazilian Agrarian Reform. **Journal of Agrarian Change**, 3: 257-288.
- Deere, C. D. (2017). Women's land rights, rural social movements, and the state in the 21st-century Latin American agrarian reforms. **Journal of Agrarian Change**, 17: 258-278.
- Del Grossi, M.; Florido, A. C. S.; Rodrigues, L. F. P.; de Oliveira, M. S. (2019). Comunicação de pesquisa: delimitando a agricultura familiar nos censos agropecuários brasileiros. **Revista NECAT-Revista do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense**, 8(16), 40-45.
- Del Grossi, M. E.; Nascimento, C. A.; Aquino, J. R. (2022). Tendências recentes da agricultura familiar no Brasil e o paradoxo da pluriatividade. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 60, p. 1-21.

Escher, F. (2020). Class Dynamics of Rural Transformation in Brazil: A Critical Assessment of the Current Agrarian Debate. *Agrarian South: Journal of Political Economy*, 9(2) 144–170.

Fontoura, N.; Pinheiro, L.; Galiza, M.; Vasconcelos, M. (2010). Pesquisas de uso do tempo no Brasil: contribuições para a formulação de políticas de conciliação entre trabalho, família e vida pessoal. *Revista Econômica*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1.

Guanziroli, C.; Buainain, A.; Sabbato, A. (2013). Family farming in Brazil: evolution between the 1996 and 2006 agricultural censuses. *The Journal of Peasant Studies*, 40:5, 817-843.

IBGE (2017). Manual do Recenseador. Censo Agro 2017. Rio de Janeiro: **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. 147p. Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/media/com_media/ibge/arquivos/6c44aa115ea21f3d87723af72526b980.pdf. Último acesso em 24 de janeiro de 2025.

IBGE (2018). Analfabetismo Cai em 2017, Mas Segue Acima da Meta Para 2015: Agência de Notícias. Neto, J. (ed.), **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21255-analfabetismo-cai-em-2017-mas-segue-acima-da-meta-para-2015#:~:text=Em%20números%20absolutos%2C%20a%20taxa,brancos%20\(4%2C0%25\)](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21255-analfabetismo-cai-em-2017-mas-segue-acima-da-meta-para-2015#:~:text=Em%20números%20absolutos%2C%20a%20taxa,brancos%20(4%2C0%25)). Último acesso em 4 de setembro de 2024.

Pahnke, A.; Tarlau, R.; Wolford, W. (2015). Understanding rural resistance: contemporary mobilization in the Brazilian countryside, *The Journal of Peasant Studies*, 42:6, 1069-1085.

Paulilo, Maria Ignez (2013). FAO, Fome e Mulheres Rurais. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 56, no 2, 2013, pp. 285-310.

Resende, A. M. (2023). **Resisting proletarianisation in the subsistence sector**: social reproduction of gendered and racialised classes of labour. (Dissertação de Mestrado). Departamento de Economia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Sauer, S.; Mészáros, G. (2017). The political economy of land struggle in Brazil under Workers' Party governments. *Journal of Agrarian Change*, 17(2), 397–414.

Schneider, S. (2003). **A pluriatividade na agricultura familiar** [online]. 2nd ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS. Estudos rurais series, 252 p.

Schneider, S.; Niederle, P. A. (2010). Resistance strategies and diversification of rural livelihoods: the construction of autonomy among Brazilian family farmers, *The Journal of Peasant Studies*, 37:2, 379-405.

Siliprandi, E. (2015). **Mulheres e agroecologia**: transformando o campo, as florestas e as pessoas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 351p.

Silva, R. M. A. D; Nunes, E. M. (2022). Agricultura familiar e cooperativismo no Brasil: uma caracterização a partir do Censo Agropecuário de 2017. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 61, e252661.

Singer, P. (1981) **Dominação e desigualdade**: estrutura de classes e repartição da renda no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Spanevello, R. M.; Matte, A., Andreatta, T.; Lago, A. (2017). A problemática do envelhecimento no meio rural sob a ótica dos agricultores familiares sem sucessores. *Desenvolvimento em Questão*, 15(40), 348-372.

Valente, A. L. (2005). Agricultura familiar e recorte racial: desafio teórico e sóciopolítico no meio rural. In: Botelho Filho, F. B. (Org.). **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial**. Contribuições ao debate. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Núcleo de Estudos Avançados, v. 5, n. 17, p.117-129.

Vergara-Camus, L.; Kay, C. (2017). The agrarian political economy of left-wing governments in Latin America: Agribusiness, peasants, and the limits of neo-developmentalism. *Journal of Agrarian Change*, 17(2), 415–437.